



Simulado Final

TCE RN

Auditor De Controle Externo

Especialidade: Contabilidade

Pós-Edital

Caderno de Prova

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso **TCE-RN**, cargo de **Auditor de Controle Externo - Contabilidade**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - A participação no ranking classificatório só será permitida até o horário de liberação do gabarito;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/f7qYVoPUup4kbXoQ6>

01 - CE	16 - CE	31 - CE	46 - CE	61 - CE	76 - CE	91 - CE	106 - CE
02 - CE	17 - CE	32 - CE	47 - CE	62 - CE	77 - CE	92 - CE	107 - CE
03 - CE	18 - CE	33 - CE	48 - CE	63 - CE	78 - CE	93 - CE	108 - CE
04 - CE	19 - CE	34 - CE	49 - CE	64 - CE	79 - CE	94 - CE	109 - CE
05 - CE	20 - CE	35 - CE	50 - CE	65 - CE	80 - CE	95 - CE	110 - CE
06 - CE	21 - CE	36 - CE	51 - CE	66 - CE	81 - CE	96 - CE	111 - CE
07 - CE	22 - CE	37 - CE	52 - CE	67 - CE	82 - CE	97 - CE	112 - CE
08 - CE	23 - CE	38 - CE	53 - CE	68 - CE	83 - CE	98 - CE	113 - CE
09 - CE	24 - CE	39 - CE	54 - CE	69 - CE	84 - CE	99 - CE	114 - CE
10 - CE	25 - CE	40 - CE	55 - CE	70 - CE	85 - CE	100 - CE	115 - CE
11 - CE	26 - CE	41 - CE	56 - CE	71 - CE	86 - CE	101 - CE	116 - CE
12 - CE	27 - CE	42 - CE	57 - CE	72 - CE	87 - CE	102 - CE	117 - CE
13 - CE	28 - CE	43 - CE	58 - CE	73 - CE	88 - CE	103 - CE	118 - CE
14 - CE	29 - CE	44 - CE	59 - CE	74 - CE	89 - CE	104 - CE	119 - CE
15 - CE	30 - CE	45 - CE	60 - CE	75 - CE	90 - CE	105 - CE	120 - CE

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/pWXV>

CONHECIMENTOS GERAIS**LÍNGUA PORTUGUESA***Adriana Figueiredo***TEXTO 1**

Homens adoecem mais e vivem menos do que as mulheres em quase todos os países, segundo uma revisão global da Universidade do Sul da Dinamarca.

A pesquisa analisou marcadores de gênero em saúde em mais de 200 países, focando em hipertensão, diabetes e HIV/Aids. Os resultados mostram que homens têm taxas mais altas dessas doenças, morrem mais cedo por causa delas e procuram menos o sistema de saúde, tanto para diagnóstico quanto para tratamento.

O estudo aponta fatores sociais e culturais como principais explicações para esse padrão. As normas de gênero, os comportamentos de risco e a associação entre doença e fragilidade ajudam a afastar os homens do cuidado com a saúde. Eles costumam fumar mais, negligenciar prevenção e minimizar sintomas.

"Historicamente, o estereótipo do 'ser homem', associado a fatores sociais, culturais, políticos e econômicos, causa impactos negativos na saúde do homem", diz o médico de família e comunidade Wilands Patrício Procópio Gomes, do Einstein Hospital Israelita. Entre os exemplos destacados por Gomes, estão a ideia de que estar doente é sinônimo de fragilidade e a falta de conhecimento sobre o próprio corpo e os eventuais sintomas, além do medo de diagnósticos.

No Brasil, dados do IBGE refletem esse cenário. Em 2023, a expectativa de vida masculina era de 73,1 anos, contra 79,7 anos das mulheres, uma diferença de quase sete anos. Os homens também fazem menos consultas de rotina e são mais resistentes a exames preventivos e a tratamentos contínuos. Segundo a Pesquisa Nacional de Saúde de 2019, 82,3% das mulheres haviam ido ao médico no ano anterior, contra 69,4% dos homens.

Fonte: Revista Planeta. Adaptado.

1. O texto classifica-se como predominantemente argumentativo, o que se evidencia pela organização do discurso e pelo posicionamento do autor em relação ao assunto abordado.
2. De acordo com o estudo mencionado no texto, fatores biológicos são responsáveis pela menor longevidade masculina.
3. Conforme as informações do texto, no Brasil, a expectativa de vida das mulheres era superior à dos homens apenas em 2023.
4. Conclui-se das informações do texto que os homens tendem a fazer menos exames preventivos do que as mulheres.
5. A inserção de uma vírgula imediatamente após o termo "mulheres" (primeiro parágrafo) não prejudicaria a correção textual.
6. Entende-se das ideias do segundo parágrafo que a expressão "dessas doenças", no segundo período, refere-se a "hipertensão, diabetes e HIV/Aids", no primeiro período.
7. O emprego do sinal indicativo de crase é opcional no trecho "ajudam a afastar" (terceiro parágrafo).
8. No segundo período do terceiro parágrafo, a forma verbal "ajudam" está flexionada no plural porque concorda com "doença e fragilidade".
9. Estaria mantida a coerência das ideias do texto caso, no trecho "A pesquisa analisou marcadores de gênero" (segundo parágrafo), a forma verbal "analisou" fosse substituída por "analisa".

10. Pelos sentidos do texto, estaria correto inserir, antes de “Eles costumam fumar mais” (último período do terceiro parágrafo), com a devida alteração de maiúscula e minúscula, a conjunção “Porém”, seguida de vírgula.

LÍNGUA INGLESA

Adolfo Sá

Scrunched between luxury apartment buildings and a lush gated community, the neighborhood of Santa Lucía Reacomodo in [Mexico](#) City is a working-class pocket of real estate. Electrical wires tangle above cinder-block houses, stray cats slink down narrow streets, debris piles up on the pavement.

María del Socorro Corona, 79, arrived here decades ago, back when it was just a cactus-covered hillside. The two-bedroom turquoise house she built with her now-deceased husband is crammed with bags of clothes and knick-knacks she sells at a weekly market.

“I have to make money,” she said, “or I won’t eat.”

While most people built their homes here in the 80s and 90s, the area really started to change about 20 years ago, Corona said, when the government constructed a bridge connecting Mexico City to the high-end business district of Santa Fe nearby. Foreigners came wanting to buy up their land, but none of the neighbors wanted to sell.

“So now the rich are over there,” she said, pointing at one of the looming luxury apartment buildings: row upon row of glass balconies with carefully manicured hedges. “And the poor are over here.”

The stark contrast in this little enclave of the capital is a microcosm of a problem that has plagued Mexico for decades: rampant income inequality, with a small slice of the population living in opulence while millions of families languish in poverty.

“Mexico is unbelievably unequal – it’s almost inconceivable,” said Viri Ríos, a public policy expert and director of [Mexico Decoded](#). “Inequality in our country has been around for centuries: we’ve just grown accustomed to living this way.”

<https://www.theguardian.com/world/2026/mar/12/mexico-city-neighborhoods-inequality>

11. Santa Lucía Reacomodo is described as a working-class neighborhood squeezed between luxury apartments and a gated community.

12. Corona points to luxury apartments as evidence that the rich have moved into her neighborhood, displacing the poor residents.

13. The disparity in Santa Lucía Reacomodo exemplifies Mexico's long-standing issue of extreme income inequality, where a small elite lives in luxury while millions remain in poverty.

14. Viri Ríos states that Mexico's inequality is a recent phenomenon that has shocked the population into awareness.

15. María del Socorro Corona sells clothes with her husband.

CONTROLE EXTERNO

Herbert Almeida

Jorge é servidor público e foi acusado de praticar atos de tortura no âmbito da respectiva repartição pública. Os fatos foram devidamente documentados, comprovando-se que ele agiu de forma dolosa, com o objetivo de atingir resultados ilícitos específicos. As investigações, contudo, não indicaram lesão ao erário nem enriquecimento ilícito.

Com base nessa situação hipotética, julgue o item a seguir.

16. Jorge cometeu ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração, podendo sofrer as sanções de multa e de proibição de contratar com o poder público ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios.

Julgue os itens a seguir sobre o controle da atividade financeira do Estado.

17. As comissões parlamentares de inquérito terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais e serão criadas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, em conjunto ou separadamente, mediante requerimento de um terço de seus membros.
18. As contas de gestão dos prefeitos municipais devem ser julgadas pelas câmaras municipais, mas o parecer prévio emitido pelo Tribunal de Contas somente deixará de prevalecer pela decisão de dois terços dos membros do Legislativo.
19. É competência do TCU fiscalizar a aplicação de verbas originárias da União por parte dos demais entes da Federação.

LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL

Herbert Almeida

Considerando as disposições da Lei Orgânica e do Regimento do Tribunal de Contas do Rio Grande do Norte, julgue os itens a seguir.

20. O Presidente do Tribunal de Contas do Estado manifesta seu voto em todos os processos de deliberação que estejam na pauta de julgamento do Plenário.
21. Nas prestações e tomadas de contas, os gestores devem apresentar exclusivamente a demonstração dos recursos orçamentários, sendo facultativo o registro das receitas extraorçamentárias por constituírem mero movimento de caixa transitório.
22. O pedido de reconsideração, utilizado para debater o mérito da decisão, pode ser interposto em face de decisão proferida pelo Pleno ou Câmara e deve ser apresentado no prazo de quinze dias.

COMPETÊNCIAS DIGITAIS E INFORMÁTICA APLICADA AO SP

Renato da Costa

23. No Windows, o recurso Windows Hello permite autenticação por biometria, como reconhecimento facial ou impressão digital, além do uso de PIN. Nesse contexto, o PIN do Windows Hello é vinculado ao dispositivo em que foi configurado, o que o diferencia da senha tradicional de conta, que pode ser utilizada em outros dispositivos e serviços.
24. No Windows, um volume de disco corresponde necessariamente a um disco físico inteiro; por isso, não é possível que um mesmo disco rígido contenha mais de um volume acessível separadamente pelo sistema operacional.
25. No contexto da comunicação digital, as fake news caracterizam-se pela divulgação de informações falsas ou enganosas com aparência de veracidade, frequentemente disseminadas de forma rápida em redes sociais e aplicativos de mensagens, o que pode dificultar a verificação da fonte e comprometer a formação crítica da opinião pública.
26. Em ambientes de Big Data, a característica denominada variedade refere-se à necessidade de que os dados sejam previamente convertidos para um formato estruturado e homogêneo, a fim de que possam ser processados, ao passo que a velocidade diz respeito exclusivamente ao aumento da capacidade de armazenamento dos servidores.
27. No Microsoft Office, arquivos com extensão .xlsx correspondem, em regra, a pastas de trabalho do Excel sem suporte nativo a macros, ao passo que arquivos com extensão .docx correspondem a documentos do Word; por sua vez, apresentações do PowerPoint salvas no formato padrão baseado em XML costumam utilizar a extensão .pptx.

28. No contexto dos serviços públicos digitais, o acesso ao SOUGOV.BR por meio da conta gov.br exemplifica o uso de SSO (Single Sign-On), uma vez que o usuário utiliza uma autenticação centralizada para acessar serviços integrados sem precisar criar credenciais independentes para cada sistema.

29. O ChatGPT pode ser corretamente classificado como uma GAN (Generative Adversarial Network), pois seu funcionamento baseia-se, essencialmente, na disputa entre uma rede geradora e uma rede discriminadora, característica típica desse tipo de arquitetura.

30. Na Internet das Coisas (IoT), sensores e atuadores podem ser integrados a redes de comunicação para coletar, transmitir e receber dados, permitindo que dispositivos físicos monitorem o ambiente e executem ações automatizadas com base em regras, eventos ou comandos remotos.

RACIOCÍNIO LÓGICO

Eduardo Mocellin

P: "Se o sistema falhar, então o alarme soará."

Q: "Se o sistema falhar, então o técnico será notificado."

R: "O alarme soou, embora o técnico não tenha sido notificado."

Considerando as proposições P, Q e R precedentes, julgue os itens a seguir.

31. É válido o argumento que tem por premissas as proposições P, Q e R e por conclusão a proposição "O sistema não falhou".

32. A negação da proposição R pode ser expressa por "O técnico foi notificado, mas o alarme não soou".

33. A proposição $P \wedge Q$ pode ser expressa por "Se o sistema falhar, então o alarme soará e o técnico será notificado".

34. A negação da proposição P pode ser expressa por "Se o sistema não falhar, então o alarme não soará".

35. Considerando a equivalência semântica dos tempos verbais, caso uma nova proposição W dada por "O gerente é avisado ou o sistema é reiniciado" seja adicionada à análise, a tabela-verdade associada à proposição composta $(P \wedge Q \wedge R) \rightarrow W$ terá 16 linhas.

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

João Trindade

36. A norma constitucional segundo a qual "Todo brasileiro em situação de vulnerabilidade social terá direito a uma renda básica familiar, garantida pelo poder público em programa permanente de transferência de renda, cujas normas e requisitos de acesso serão determinados em lei" possui eficácia plena e aplicabilidade imediata.

37. Em atenção aos princípios da segurança jurídica e da confiança legítima, os Tribunais de Contas estão sujeitos ao prazo de 5 anos para o julgamento da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma ou pensão, a contar do ato de concessão inicial.

38. Se as contas do Prefeito de Bodó forem objeto de parecer contrário do TCE-RN, elas poderão ser julgadas pela Câmara Municipal em até doze meses, sob pena de preclusão e de definitividade do parecer.

39. O Ministério Público de Contas não tem legitimidade para impetrar mandado de segurança em face de acórdão do Tribunal de Contas perante o qual atua.

40. É condição para o cabimento da ação popular a demonstração de prejuízo material aos cofres públicos.

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

Rodrigo Bet

Julgue os itens 41 e 42 tendo como base a Responsabilidade Civil do Estado.

41. Em regra, não há responsabilidade do Estado por salários não pagos pela empresa terceirizada, pois a responsabilidade é da empresa contratada.

42. O Estado responde por danos morais e materiais quando houver ato comissivo causador.

Julgue os itens 43 e 44 com base na Lei 14.133/2021 (Lei de Licitações).

43. Nas alterações unilaterais, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 50% do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras, e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 25%.

44. A repactuação deverá observar o intervalo mínimo de 1 (um) ano, contado da data da apresentação da proposta ou da data da última repactuação.

Julgue o item 45 com base no Controle Exercido sobre a Administração Pública.

45. Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Luciana Marinho

Acerca do assunto Técnica Orçamentária, julgue os itens que se seguem.

46. No orçamento de base zero, a proposta orçamentária é elaborada a partir da reavaliação integral das despesas, sem compromisso com dotações históricas mínimas, exigindo-se que cada gestor justifique detalhadamente os gastos propostos, o que contribui para racionalizar prioridades, embora aumente a complexidade, a lentidão e o custo da elaboração.

47. O orçamento de desempenho ou por realizações supera integralmente as limitações do orçamento tradicional, pois, além de enfatizar o desempenho organizacional, estabelece plena integração entre planejamento central e orçamento, eliminando a principal deficiência das técnicas anteriores.

48. No orçamento tradicional ou clássico, a preocupação dominante não recai sobre metas, resultados ou impacto das políticas públicas, mas sobre a previsão de receitas e a autorização de despesas classificadas por objeto, com predominância do aspecto jurídico-contábil e reduzida integração com o planejamento governamental.

Acerca do assunto Dívida Ativa, julgue os itens que se seguem.

49. A mera ocorrência do fato gerador da obrigação tributária é suficiente para que o crédito seja inscrito em dívida ativa, pois a inscrição tem justamente a função de apurar sua liquidez e certeza e de torná-lo exigível perante o devedor.

50. A receita da dívida ativa restringe-se ao valor principal originalmente devido, porque os acréscimos decorrentes de atualização monetária, multa, juros de mora e encargos têm natureza meramente acessória e, por isso, não integram a receita orçamentária correspondente.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

CONTABILIDADE PÚBLICA

Gilmar Possati

51. Acerca do alcance e autoridade da Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP), com base no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), julgue a assertiva a seguir:

As empresas estatais independentes, por integrarem a administração pública indireta, devem aplicar as normas estabelecidas no MCASP de maneira obrigatória para fins de consolidação das contas nacionais.

52. O Município Audazes dos Pampas adquiriu, à vista, uma frota de veículos para a Secretaria de Saúde, no valor total de R\$ 500.000,00. O empenho, a liquidação e o pagamento ocorreram no mesmo mês. Sob a ótica do subsistema de informações patrimoniais, o reconhecimento dessa transação no momento da liquidação e pagamento configura uma Variação Patrimonial Qualitativa, pois consiste em um fato contábil permutativo que não altera o valor do patrimônio líquido.

53. De acordo com a NBC TSP 07 – Ativo Imobilizado e as orientações do MCASP, quando um ente público adquire um item do ativo imobilizado por meio de uma transação sem contraprestação, como no caso do recebimento de um terreno em doação, o custo inicial desse ativo deve ser mensurado pelo valor contábil líquido registrado na entidade doadora, deduzida a depreciação acumulada.

54. O Município Audazes dos Pampas realizou o lançamento do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) em janeiro de 2024, com vencimento para março do mesmo ano. O contribuinte, contudo, só efetuou o pagamento em abril de 2024. Considerando a convergência da Contabilidade Aplicada ao Setor Público aos padrões internacionais e as disposições do MCASP, a Variação Patrimonial Aumentativa (VPA) deve ser reconhecida no momento do lançamento (janeiro de 2024), enquanto a Receita Orçamentária deve ser reconhecida no momento da arrecadação/pagamento (abril de 2024).

55. De acordo com a NBC TSP 03 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e o MCASP, julgue a assertiva a seguir:

Caso a probabilidade de saída de recursos para liquidar uma obrigação presente seja considerada remota, a entidade deve divulgar a existência do passivo contingente em notas explicativas.

56. A reavaliação é a adoção do valor de mercado ou de consenso para bens do ativo imobilizado. Conforme o MCASP e a NBC TSP 07, quando um item do ativo imobilizado é reavaliado, a depreciação acumulada na data da reavaliação deve ser tratada de forma específica. Julgue a assertiva a seguir acerca do tratamento contábil correto para essa depreciação acumulada:

A depreciação acumulada pode ser eliminada contra o valor contábil bruto do ativo, atualizando-se o valor líquido do ativo para o seu valor reavaliado.

57. Acerca da terminologia aplicável ao Sistema de Custos no Setor Público, julgue a assertiva a seguir.

Desembolso é o gasto ativado em função de sua vida útil ou de benefícios atribuíveis a períodos futuros.

58. O Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) é estruturado por naturezas de informação contábil, que agrupam as classes de contas. Sobre o assunto, julgue a assertiva a seguir:

As classes 1, 2, 3 e 4 compõem a natureza de informação patrimonial, sendo a classe 3 destinada às Variações Patrimoniais Diminutivas e a 4 às Variações Patrimoniais Aumentativas.

59. Na elaboração do Balanço Orçamentário de um ente público, a utilização do superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior para a abertura de créditos adicionais suplementares deve ser demonstrada como receita orçamentária corrente, na rubrica de transferências financeiras.

60. A execução da despesa pública orçamentária percorre os estágios de empenho, liquidação e pagamento. Sob a ótica do regime contábil patrimonial (competência), o reconhecimento de um passivo exigível e da correspondente Variação Patrimonial Diminutiva (VPD), decorrente da contratação de serviços de manutenção predial, deve ocorrer, em regra, no momento da liquidação

da despesa, que atesta a efetiva prestação do serviço pelo credor.

61. No encerramento do exercício financeiro, as despesas empenhadas e não pagas são inscritas em Restos a Pagar. Sobre o tratamento contábil e orçamentário dos Restos a Pagar, julgue a assertiva a seguir:

Os Restos a Pagar Processados representam um direito já verificado do credor e, por constituírem uma obrigação líquida e certa, devem ser classificados no Passivo Financeiro do ente público.

62. O Balanço Financeiro é a demonstração contábil que evidencia a movimentação financeira das entidades do setor público. Acerca de sua estrutura e elaboração, julgue a assertiva a seguir:

O saldo em espécie proveniente do exercício anterior é apresentado como uma parcela somatória aos dispêndios, para fins de fechamento da igualdade do balanço.

63. A classificação da receita pública por natureza é padronizada para todos os entes da Federação e busca identificar a origem do recurso segundo o seu fato gerador. Sobre a estrutura do código dessa classificação, julgue a assertiva a seguir.

O primeiro dígito do código representa a Categoria Econômica, classificando a receita em Corrente ou de Capital.

64. A concessão de suprimento de fundos (adiantamento) é um mecanismo excepcional de execução da despesa pública. Sob a ótica do subsistema de informações patrimoniais, o ato de entrega do numerário ao servidor suprido configura uma Variação Patrimonial Diminutiva (VPD), reduzindo o patrimônio líquido do ente.

65. Na elaboração do Balanço Patrimonial das entidades do setor público, a classificação dos ativos e passivos em circulante e não circulante obedece a critérios específicos. Um ativo deve ser classificado como circulante quando a sua realização, venda ou consumo for esperada no decurso normal do ciclo operacional da entidade, pressupondo-se a duração de doze meses caso o ciclo não seja claramente identificável.

66. A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) segrega os fluxos de caixa em atividades operacionais, de investimento e de financiamento. Sobre o assunto, julgue a assertiva a seguir:

A aquisição de um edifício para a sede do órgão é classificado como atividade de investimento, enquanto a amortização do principal de um empréstimo contraído é classificada como uma atividade de financiamento.

67. A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) estabelece limites rigorosos para a despesa total com pessoal. Para fins de verificação do cumprimento desses limites, a LRF determina que certas despesas não devem ser computadas. Nesse sentido, as despesas com indenização por demissão de servidores ou empregados e aquelas relativas a incentivos à demissão voluntária são deduzidas do cálculo da despesa total com pessoal para fins de limite.

68. A NBC TSP Estrutura Conceitual estabelece os conceitos que fundamentam a elaboração e a divulgação dos Relatórios Contábeis de Propósito Geral das Entidades do Setor Público (RCPGs). Com relação aos usuários desses relatórios, julgue a assertiva a seguir:

Os gestores públicos internos são considerados os usuários primários dos RCPGs, uma vez que necessitam dessas informações para o planejamento e controle diário das operações.

69. A Lei nº 4.320/1964 define regras estritas para a abertura de créditos adicionais suplementares e especiais, exigindo a indicação da fonte de recursos correspondente. Acerca do assunto, julgue a assertiva a seguir:

O excesso de arrecadação representa uma das fontes de recursos, apurado pelo saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês, devendo-se somar a esse montante os créditos extraordinários abertos no exercício.

70. O processo de realização da receita orçamentária pública percorre estágios definidos em lei e no MCASP. A respeito do estágio do lançamento, julgue a assertiva a seguir:

Há receitas orçamentárias que não percorrem o estágio do lançamento, a exemplo das doações em espécie recebidas pelo ente, cujo crédito se constitui no momento do recebimento.

71. A Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) é uma das demonstrações contábeis exigidas para o setor público. Acerca de seu objetivo e estrutura, julgue a assertiva a seguir:

O resultado patrimonial apurado na DVP, seja superávit ou déficit, é transferido para o Balanço Patrimonial, compondo o saldo da conta de Resultados Acumulados no Patrimônio Líquido.

72. O Município Audazes dos Pampas empenhou uma despesa para aquisição de material de consumo em novembro de 2023. O fornecedor entregou o material no almoxarifado em dezembro de 2023, momento em que ocorreu a liquidação e o consumo. Contudo, o pagamento só foi efetuado em janeiro de 2024. Considerando a coexistência dos regimes orçamentário e contábil patrimonial, julgue a assertiva a seguir:

O reconhecimento do passivo exigível no Balanço Patrimonial ocorre apenas em 2024, quando o ente efetivamente desembolsa os recursos.

73. A Dívida Ativa compreende os créditos da Fazenda Pública que não foram pagos no prazo fixado. Sobre o tratamento contábil da inscrição de créditos em Dívida Ativa, julgue a assertiva a seguir:

Os encargos (juros e multas) incidentes sobre a dívida ativa, calculados até a data da inscrição, devem ser reconhecidos como Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA).

74. A NBC TSP 07 estabelece o tratamento contábil para o Ativo Imobilizado, incluindo as regras de depreciação. Com base nessa norma e no MCASP, julgue a assertiva a seguir sobre a depreciação de ativos no setor público:

A depreciação de um ativo imobilizado deve cessar imediatamente quando o ativo se torna ocioso ou é retirado do uso ativo, para não onerar o resultado do período.

75. A Lei nº 4.320/1964 estabelece a classificação do passivo em Financeiro e Permanente. Com base nessa norma e nas orientações do MCASP, julgue a assertiva a seguir acerca da classificação das obrigações do ente público.

O Passivo Financeiro compreenderá as obrigações cujo pagamento independa de autorização orçamentária, incluindo os Restos a Pagar processados e não processados.

76. A NBC TSP 01 trata da Receita de Transação sem Contraprestação. Nesse tipo de transação, a entidade recebe ativos ou serviços sem entregar diretamente em troca valor aproximadamente igual. Sobre as estipulações (condições e restrições) atreladas a esses recursos, julgue a assertiva a seguir:

As restrições sobre um ativo transferido impõem uma obrigação de desempenho que, se não for satisfeita, exigirá obrigatoriamente a devolução dos recursos ao transferidor.

77. As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis e fornecem informações adicionais essenciais para a compreensão da situação patrimonial do ente. De acordo com a NBC TSP 11 – Apresentação das Demonstrações Contábeis e o MCASP, julgue a assertiva a seguir sobre a elaboração e apresentação das Notas Explicativas:

As notas explicativas devem ser apresentadas de forma sistemática, devendo cada item das demonstrações contábeis ter remissão cruzada para a respectiva informação na nota explicativa.

78. Sobre os procedimentos de consolidação previstos no MCASP, julgue a assertiva a seguir:

As empresas estatais independentes têm suas demonstrações contábeis consolidadas integralmente no Balanço Orçamentário do ente controlador.

79. De acordo com a NBC TSP 12 e o MCASP, "equivalentes de caixa" são aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

80. Na mensuração inicial de um item do Ativo Imobilizado adquirido por meio de transação com contraprestação, diversos gastos podem ou não compor o custo do ativo. Com base na NBC TSP 07, honorários profissionais diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessários para o seu funcionamento devem integrar o custo do ativo imobilizado.

81. A NBC TSP 10 estabelece os procedimentos para assegurar que os ativos geradores de caixa sejam registrados por valor que não exceda o seu valor recuperável. Acerca do teste de redução ao valor recuperável (impairment), julgue a assertiva a seguir:

Caso não seja possível determinar o valor justo líquido de despesas de venda de um ativo, a entidade está dispensada de realizar o teste de impairment.

82. A NBC TSP 03 estabelece os critérios de reconhecimento e mensuração para Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Suponha que o Município Audazes dos Pampas esteja respondendo a uma ação judicial trabalhista. A Procuradoria do ente avaliou que a probabilidade de saída de recursos para liquidar a obrigação é "provável" e o valor da obrigação pode ser estimado com confiabilidade. Diante desse cenário, julgue a assertiva a seguir, acerca do correto tratamento contábil aplicável nesse caso:

O ente deve reconhecer uma provisão no passivo do Balanço Patrimonial e registrar uma Variação Patrimonial Diminutiva (VPD) no resultado do exercício.

83. A mensuração de estoques no setor público possui particularidades em relação ao setor privado, especialmente devido à finalidade de muitos bens adquiridos pelo Estado. De acordo com a NBC TSP 04 e o MCASP, os estoques adquiridos por meio de transação sem contraprestação e os estoques mantidos para distribuição gratuita devem ser mensurados, respectivamente, pelo valor realizável líquido e pelo custo histórico deduzido de perdas por redução ao valor recuperável.

84. A NBC TSP 08 trata do reconhecimento e da mensuração de Ativos Intangíveis. No que tange à geração interna de um ativo intangível, o processo

é dividido em duas fases: a fase de pesquisa e a fase de desenvolvimento. Sobre o tratamento contábil dos gastos incorridos nessas fases, julgue a assertiva a seguir:

Se a entidade não conseguir distinguir a fase de pesquisa da fase de desenvolvimento de um projeto interno, ela deve tratar todos os gastos como se tivessem sido incorridos na fase de desenvolvimento.

85. A informação de custos no setor público é um instrumento essencial para a boa governança. De acordo com a NBC TSP 34 – Custos no Setor Público e o MCASP, um dos objetivos do sistema de informação de custos no setor público está em apoiar a avaliação de desempenho, permitindo a comparação entre os custos previstos e os realizados.

86. As Operações de Crédito por Antecipação de Receita Orçamentária (ARO) são instrumentos de financiamento de curto prazo previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Sob a ótica do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) e do MCASP, o ingresso de recursos provenientes de uma ARO deve ser registrado como Variação Patrimonial Aumentativa (VPA), impactando positivamente o resultado do exercício na DVP.

87. O Balanço Financeiro é a demonstração contábil que evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte. Sobre o assunto, julgue a assertiva a seguir:

Os Restos a Pagar do exercício compõem os dispêndios extraorçamentários no momento de sua inscrição, garantindo o equilíbrio do Balanço Financeiro.

88. A NBC TSP 02 trata das Receitas de Transações com Contraprestação. Nesse tipo de transação, a entidade recebe ativos ou serviços, ou tem passivos extintos, e diretamente entrega valor aproximadamente igual em troca. De acordo com a norma, a receita proveniente dessas transações deve ser mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber.

89. O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia a situação patrimonial da entidade pública em determinada data. De acordo com a Lei nº 4.320/1964 e as adequações promovidas pelo MCASP para convergência às normas internacionais, julgue a assertiva a seguir sobre a estrutura e a classificação dos elementos no Balanço Patrimonial:

O Ativo Circulante compreende os bens e direitos que a entidade espera realizar, vender ou consumir no decurso do ciclo operacional normal ou em até doze meses após a data das demonstrações contábeis.

90. No contexto da Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), segundo a NBC TSP 12 e o MCASP, o pagamento de amortização do principal de uma operação de crédito compõe os fluxos de caixa das atividades operacionais.

91. Os Restos a Pagar são despesas empenhadas, mas não pagas até o dia 31 de dezembro do exercício financeiro. Sobre o tratamento orçamentário e contábil dos Restos a Pagar, julgue a assertiva a seguir:

O pagamento de Restos a Pagar é considerado uma despesa extraorçamentária, não transitando pela Lei Orçamentária Anual do exercício em que ocorre o pagamento.

92. Despesas de Exercícios Anteriores (DEA) são obrigações que, por algum motivo, não foram empenhadas na época própria ou tiveram seus

empenhos cancelados indevidamente, tais como as despesas do exercício corrente que não puderam ser empenhadas por insuficiência de dotação orçamentária, sendo transferidas para o exercício seguinte como DEA.

93. O Suprimento de Fundos (ou regime de adiantamento) é um mecanismo excepcional de execução da despesa pública. Sobre as regras aplicáveis a esse regime, julgue a assertiva a seguir:

É permitida a concessão de suprimento de fundos a servidor que esteja em atraso na prestação de contas de suprimento anterior, desde que o novo valor seja inferior a 50% do limite legal.

94. O Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) é estruturado em classes de contas que refletem as naturezas da informação contábil. Nesse contexto, a Classe 8 – Natureza de Informação Patrimonial – Compreende as contas de Controles Credores.

95. Durante o encerramento do exercício financeiro, a contabilidade pública realiza o processo de apuração do resultado. Considerando a lógica do PCASP e o encerramento das contas, julgue a assertiva a seguir sobre a destinação dos saldos das contas de resultado:

Os saldos das contas das Classes 3 (VPD) e 4 (VPA) são encerrados em contrapartida a uma conta de apuração na Classe 6 (Execução do Orçamento).

AUDITORIA DO SETOR PÚBLICO

Guilherme Sant'Anna

96. A auditoria governamental contribui para a accountability ao permitir que informações sobre a gestão pública sejam avaliadas de forma independente e comunicadas à sociedade.

- 97.** O levantamento é o instrumento de fiscalização que consiste em uma ação de controle que permite a coleta e a sistematização de informações do objeto fiscalizado, tendo como objetivo identificar objetos e instrumentos de fiscalização, permitindo a proposição de trabalhos que se mostrarem mais relevantes para o aperfeiçoamento da gestão pública, detecção de irregularidades administrativas, economia de recursos e efetividade social.
- 98.** No que diz respeito ao monitoramento, é possível que sejam monitoradas deliberações que não tenham explicitado as providências que deveriam ser adotadas pelo gestor ou responsável, bem assim aquelas que determinarem, genericamente, o cumprimento de normas.
- 99.** A matriz de planejamento deve conter os achados já identificados na auditoria.
- 100.** Na auditoria de conformidade, o foco principal é verificar a aderência a normas legais e regulamentares.
- 101.** A inexistência de critérios formais impede a realização de auditoria operacional.
- 102.** A auditoria financeira tem como objetivo expressar opinião sobre as demonstrações contábeis, assim consideradas como o objeto deste tipo de trabalho.
- 103.** Os achados de auditoria de baixa materialidade independem de evidências para sua comprovação.
- 104.** A definição de materialidade auxilia na priorização dos trabalhos de auditoria, podendo ter como base tantos aspectos financeiros – relacionados à valor – quanto elementos qualitativos, como é o caso de questões de interesse social.
- 105.** A revisão analítica deve ser evitada na fase de planejamento da auditoria, dado que é uma técnica de auditoria e, como tal, tem seu uso primordial na etapa de execução dos trabalhos.
- 106.** A auditoria governamental pode ser realizada tanto por órgãos internos quanto por entidades de controle externo, sendo essa uma classificação quanto à vinculação.
- 107.** O relatório de auditoria deve apresentar primordialmente as falhas identificadas e as propostas de aperfeiçoamento, omitindo aspectos positivos que a equipe tenha identificado na execução dos trabalhos.
- 108.** A matriz de achados é um papel de trabalho estruturado, utilizado na fase de execução da auditoria para organizar os principais elementos dos achados, incluindo situação encontrada, critérios, causas, efeitos, evidências e propostas de encaminhamento.
- 109.** A auditoria operacional é uma das vertentes de atuação dos tribunais de contas e, no que se refere à fiscalização de programas de governo, visa contribuir para a melhoria de seu desempenho e, ainda, aumentar a efetividade do controle, por meio da mobilização de atores sociais no acompanhamento e na avaliação dos objetivos, da implementação e dos resultados das políticas públicas.
-

- | | |
|---|---|
| <p>110. Após a confecção do relatório preliminar de auditoria operacional, esse deve ser submetido à apreciação pelo Tribunal. Os gestores tomam conhecimento do conteúdo do relatório quando de sua divulgação, o que aumenta a efetividade do controle.</p> <p>111. A auditoria de conformidade pode ser parte de uma auditoria combinada que pode também incluir outros aspectos, podendo estar relacionada à auditoria de demonstrações financeiras ou ser realizada em combinação com uma auditoria operacional.</p> <p>112. Os critérios de auditoria representam o padrão utilizado para avaliar o objeto auditado.</p> <p>113. A independência do auditor é dispensável na auditoria governamental.</p> <p>114. A evidência obtida de fontes internas tende a ser mais confiável do que a obtida externamente, uma vez que os atores internos são os maiores conhecedores do objeto auditado.</p> <p>115. A matriz de planejamento não inclui os procedimentos de auditoria a serem aplicados, que devem ser dispostos na matriz de achados.</p> <p>116. Enquanto o planejamento da auditoria possui elementos típicos como o estabelecimento dos termos do trabalho e a obtenção do entendimento da entidade ou programa a ser auditado, a execução é pautada pela avaliação de risco ou análise de problema e pela execução de procedimentos para obtenção de evidências suficientes e apropriadas.</p> <p>117. A comunicação dos resultados deve ser clara, objetiva e bem fundamentada.</p> | <p>118. A definição dos objetivos da auditoria ocorre na fase de execução.</p> <p>119. A amostragem não estatística é capaz de fornecer evidências suficientes e apropriadas para uma determinada auditoria, apesar de não permitir a extrapolação dos resultados obtidos com a amostra para toda a população.</p> <p>120. O exame de registros em busca de evidência de autorização é exemplo da técnica denominada inspeção.</p> |
|---|---|

Estudo de Caso

Situação Hipotética

No início de 2023, um novo contador assumiu o departamento financeiro da empresa Comercial Alfa. Ao analisar a escrituração do exercício anterior, o profissional constatou que a organização registrava as suas operações apenas no Livro Caixa, negligenciando por completo a escrituração no Livro Diário. Questionado sobre a prática, o administrador da empresa afirmou que a exigência legal era irrelevante, pois a entidade utilizava o Balancete de Verificação mensalmente. Segundo o gestor, o referido balancete extraía os dados diretamente dos documentos fiscais, sem passar pelo Livro Razão, e era capaz de detectar qualquer erro contábil, inclusive o registro de uma despesa na conta errada, desde que o valor estivesse correto.

Comando da Questão

Considerando a situação hipotética descrita e as normas contábeis vigentes (ITG 2000 R1 e Código Civil), redija um texto dissertativo abordando obrigatoriamente os seguintes tópicos:

1. A obrigatoriedade e as finalidades das formalidades (intrínsecas e extrínsecas) do Livro Diário.
2. A função sistemática do Livro Razão e a sua relação de dependência com o Balancete de Verificação.
3. A finalidade do Balancete de Verificação e a sua limitação estrutural na detecção de erros contábeis.

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Folha de Resposta

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.

Sua opinião é muito importante para nós!

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>
